Boletim Gaúcho de Geografia

http://seer.ufrgs.br/bgg

O SIGNIFICADO DAS MIGRAÇÕES EM SOCIEDADES PERIFÉRICAS: COMENTÁRIOS A PARTIR DO CASO BRASILERO

Olga Maria Schild Becker
Boletim Gaúcho de Geografia, 10-11: 18-32, maio, 1983.

Versão online disponível em:
http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/37648/24298

Publicado por
Associação dos Geógrafos Brasileiros

Portal de Periódicos
UFRGS
UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL

Informações Adicionais

Email: portoalegre@agb.org.br
Políticas: http://seer.ufrgs.br/bgg/about/editorialPolicies#openAccessPolicy
Submissão: http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#onlineSubmissions
Diretrizes: http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#authorGuidelines

Data de publicação - maio, 1983
Associação Brasileira de Geógrafos, Seção Porto Alegre, Porto Alegre, RS, Brasil

O SIGNIFICADO DAS MIGRAÇÕES EM SOCIEDADES PERIFÉRICAS: COMENTÁRIOS A PARTIR DO CASO BRASILEIRO

Olga Maria Schild Becker*

I - Sobre o significado maior das migrações

A análise da mobilidade espacial dos indivíduos, ou seja, do fenômeno migratório no Brasil, caracterizou-se, até pouco tempo, pela predominância de estudos descritivos, com discutível poder de explicação. Assim, os objetivos buscados relacionavam-se fundamentalmente à trajetória geral dos fluxos, aos diferenciais entre nativos e migrantes, à "marginalização" da população migrante nos grandes centros metropolitanos ou à identificação de áreas de atração ou de evasão populacional, em geral tratados separadamente. As migrações eram, portanto, percebidas através do montante de pessoas deslocadas e de suas características. Do ponto de vista espacial, privilegiava-se a análise estatística de fluxos (linhas) e conglomerados (pontos) em detrimento da visão histórico-geográfica de uma formação social, ou, da análise das "formações sócio-espaciais" (SANTOS, 1977).

Durante muito tempo e, dentro de um enfoque neo-clássico das migrações, as investigações realizadas no Brasil urbano (metropolitano, em especial) preocupavam-se fundamentalmente em comparar subgrupos populacionais por status migratório, ou seja, buscavam-se as diferenças entre naturais e migrantes e/ou entre grupos de migrantes segundo o tempo de residência no município. A hipótese era a de que ocorria sensível melhora das condições sócio-econômicas dos migrantes na medida em que aumentava seu tempo de residência no local de destino. Tais estudos, porém, chegavam a interceptações contraditórias na medida em que, para certos autores (SPINDEL, 1974; CASTRO, Mary et alii, 1976) a população natural se encontrava sistematicamente numa situação sócio-econômica superior à dos migran-

---

* Geógrafa do IBGE.

NOTA: As idéias emitidas neste trabalho são de inteira responsabilidade da autora, que agradece ao Prof. Jorge Jatobá pelas críticas e sugestões apresentadas.

tes; para outros (DA MATA et alii, 1973; COSTA, Manuel, 1975) eram os migrantes que desfrutavam de uma situação sócio-econômica superior uma vez que representavam uma força-de-trabalho seletiva (eram os mais jovens e teoricamente os mais capazes que migravam); outros autores (MARTINE e PELIANO, 1975; KELLER, Elza, 1976) encontraram diferenciais variáveis segundo o tipo de fluxo e o nível da localidade receptora; finalmente outros estudiosos (MOURA et alii, 1975; MERRICK e BRITO, 1974) defendiam a idéia de que a dimensão migratória não era significativa na constituição dos grupos sócio-econômicos.

Coube, entretanto, a MARTINE (1976), analisando estas divergências nos resultados, explicá-las em termos de discrepâncias conceituais e metodológicas, lançando à discussão a hipótese da "retenção seletiva dos migrantes", isto é, "o processo migratório é tão ou mais sujeito ao processo de sobrevivência dos mais fortes do que à adaptação progressiva dos migrantes". Neste sentido, pode se supor que o que realmente ocorre é a expulsão dos migranres menos capacitados, configurando-se assim, um processo de re-emigração sucessiva ou "migrações repetidas" (MARTINE, 1980).

As áreas metropolitanas deixavam de ser, pois, o ponto final na escalada migratória, dentro de uma clássica visão de migração por etapas rural-urbano, para se constituir em apenas mais uma etapa entre as inúmeras desenvolvidas por uma população forçadamente tornada itinerante.

Por outro lado, a preocupação quase que exclusiva com as migrações de destino urbano evidenciava um certo viés das análises, na medida em que ficavam subestimados ou mesmo excluídos da realidade os simultâneos movimentos de expulsão do homem da terras, os decorrentes deslocamentos para outras áreas rurais e as forças que governam este processo.

Posição semelhante apresentava o Estado, na medida em que as políticas governamentais eram traçadas em especial para as chamadas "áreas de destino", concentrando-se em problemas decorrentes da acelerada imigração urbana, ainda que, tanto as áreas urbanas como as rurais experimentassem uma progressiva deteriorização das condições de vida de suas populações. Caracterizar os contingentes metropolitanos bem como suas possibilidades de absorção no mercado de trabalho urbano e diminuir a pressão exercida pelos mesmos sobre os serviços urbanos, parecem ter sido metas gerais apregoadas pelos governantes que buscavam "amenizar" a questão social (BECKER) et alii, 1978).

Uma visão dualista da estrutura esocial era mantida e a problemática repousava essencialmente no URBANO. Desta forma, a "marginalidade social urbana", emergente a partir da ampliação do exército de reserva passou a ser apontada como a principal decorrência do fenômeno migratório, ainda que se soubesse da sua importância na manutenção dos padrões de acumulação, isto é, da sua funcionalidade como elemento estabilizador dos baixos salários urbanos, naquela etapa do crescimento industrial urbano.

Esta dissociação do urbano-rural, presente não só no enfoque setorial das políticas governamentais mas também nas atividades de

pesquisa científica, através de uma tendência metodológica em separar o urbano da problemática maior, torna-se melhor compreendida através de colocações tais como: "o urbano torna-se um instrumento ideológico usado para isolar do complexo processo social uma parte de realidade supostamente separada" (MINGIONE, 1981).

Assim, quando os problemas sociais (representados em especial pela fome, desemprego, baixos níveis de saúde e escolaridade, habitação precária, etc.) passam a existir tanto na cidade como no campo, torna-se impossível isolar as necessidades urbanas das não urbanas porque "o processo de consumo não pode ser definido num contexto meramente territorial; ele não corresponde a nenhuma questão urbana, mas ao contrário, faz parte da questão social geral" (MINGIONE, 1981). É a partir de uma ótica integrada do urbano-rural-regional, como feições de reprodução do capital, que, por exemplo os processos de desruralização e metropolização ocorridos de uma forma acentuada nesta última década no Brasil, passam a ter significado. A urbanização estaria, portanto, nesta fase, muito mais ligada a um fenômeno de expulsão do homem do campo do que a um aumento da "oferta dos empregos urbanos", em especial do industrial.

Se o enfoque setorial urbano perseguido nas análises anteriores, assim como a preocupação e a capacidade do Estado em "solucionar o problema migratório" passou a ser questionado, um fato entretanto, parece ter sido incontestável: a manutenção de um padrão de acelerados deslocamentos de população, estabelecidos seja a partir de áreas de feição rural como de centros urbanos menores, em direção às áreas de interesse do capital, sejam estas do tipo urbano industrial ou agrícola. Assim, paralelo ao intenso processo de metropolização que ocorreu na costa litorânea oriental brasileira, importantes focos de atração surgiram nos chamados "espaços vazios", assim como em áreas de hinterlandia sub-povoada, ou melhor dito, "marginalmente ocupadas pelo capital" (OLIVEIRA, 1982): era a expansão da agricultura capitalista em áreas de concentração do capital (centro-sul) associada ao avanço da fronteira agrícola na Amazônia.

Tal fenômeno pode ser vislumbrado através da leitura de altas taxas de crescimento demográfico, apresentadas nesta última década, tanto por áreas de características eminentemente urbanas (ex.: Brasília, 8,16%; Campinas, 6,0%; Curitiba, 5,79%; Belo Horizonte, 4,64%; Grande São Paulo, 4,46%) como por áreas da Amazônia integrantes da fronteira agrícola recente em vertiginosas expansão (ex: Microrregião Norte Mato Grossense, 16,11%; Rondônia, 16,07%; Microrregião do Araguaia Paraense, 12,64%, etc...). Em termos absolutos estas taxas representariam uma variação populacional da ordem de 10 680 250 pessoas para as áreas do tipo metropolitano, de 1 831591 pessoas para as áreas urbano-industriais de São Paulo, e, de aproximadamente 1 565 047 pessoas para as chamadas áreas amazônicas de fronteira recente no Brasil.

Por outro lado, a estimativa de saldos migratórios para as microrregiões brasileiras na década 1960-70 e a conseqüente identificação de áreas de atração e evasão populacional (BECKER, FRIAS e BRITO, 1979), já havia revelado a existência de fortes desigualdades de desenvolvimento inter e intrarregional como expressão de um processo de acumulação desigual. Neste aumento a agudização dos de

sequilíbrios regionais e intrarregionais, com uma superpopulação relativa criada pelo crescimento capitalista, torna-se visível através dos movimentos migratórios; cresce a mobilidade espacial da força de trabalho.

A partir do crescimento acelerado de certas áreas e do progressivo esvaziamento de outras, com a acentuação do fenômeno de despovoamente rural no Sul/Sudeste na década 70/80, surgiram inúmeros debates sobre a problemática rural na fase de expansão do capitalismo monopolista no Brasil e suas vinculações com a absorção/liberação da mão-de-obra migrante. Tal fato tem levado estudiosos a repensar as bases teóricas da análise do processo migratório, que passaria a ser visto como um elemento fundamental no desenvolvimento do sistema capitalista. Permite assim, que se questionem os pressupostos neoclássicos considerados e que se busquem novas abordagens para sua compreensão.

O fenômeno migratório, ou seja, a mobilidade espacial dos homens, será aqui considerada a partir da ótica da "mobilidade forçada pelos movimentos do capital" (GAUDEMAR, 1976). É sobre ela (migração) enquanto elemento essencial à expansão do capitalismo monopolista numa realidade dita "periférica" (SLATER, 1978), como é o caso do Brasil, que pretendemos trabalhar.

Ao invés da visão da migração como um ato de decisão pessoal "em resposta a diferenças urbano-rurais de renda esperada" (HARRIS e TODARO, 1970), preferimos interpretá-la como a expressão da crescente sujeição do trabalho ao capital. Ainda que conceitualmente possam ser considerados como integrantes da categoria "MIGRANTE" todos os indivíduos que apresentarem pelo menos uma mudança de município de domicílio, ou, uma mudança de quadro domiciliar (rural urbano) intramunicipal, entendemos como "migrantes por excelência" ou, como FORÇA DE TRABALHO MIGRANTE" aqueles que acompanham os movimentos do capital, na condição de assalariados e potencialmente assalariados. Desta forma, se conceitualmente possam ser vistos como migrantes aqueles que "se deslocam no sentido de ir com seu capital para regiões em que a perspectiva de lucro seja mais favorável ... ou, aqueles que mudam o rumo de investimento de seu capital (e esse é, na verdade o movimento do capital e de seus proprietários) ... é o movimento do modo de produção capitalista, que se estende no espaço ... transformando as relações sociais entre os homens de acordo com os interesses primordiais do lucro" (CENTRO DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS, 1980), que caracteriza a força-de-trabalho migrante.

Os modelos neoclássicos e dualista são criticados em vários níveis "mas a principal objeção é claramente o fato de ambos abstairem da explicação as relações sociais de produção" (STANDING, 1980). O espaço ainda que único e idêntico enquanto dado físico,não significa a mesma coisa para todos os indivíduos que o habitam. "O tipo de formação social é que vai determinar a forma de contato do homem com o meio" (PINTO, 1973). Assim, são as relações sociais de produção, com a propriedade não propriedade dos meios de produção, em especial da terra, que levaria a uma melhor compreensão das trajetórias dos migrantes, sua retenção/expulsão repetida, ao longo dos lugares, comandados pelo avanço do capital.

Outra questão que merece ser colocada é a relativa a unidade migratória, que não seria o indivíduo, mas a classe. Assim, "deixa de ter sentido investigar-se a migração como um movimento de indivíduos num dado período entre dois pontos ... Quando uma classe social se põe em movimento, ela cria um fluxo migratório que pode ser de longa duração e que descreve um trajeto que pode englobar vários pontos de origem e de destino" (SINGER, 1975). Neste sentido, o que importa destacar é que a primeira mola propulsora seria social, seria determinada pelo processo de acumulação do capital e que somente um segundo momento, poderia se falar nas condições subjetivas da migração. Questionamos assim os enfoques que privilegiam as análises das "motivações ao migrar" como elemento definidor dos deslocamentos de população. Preferimos concordar com aqueles que acreditam que a grande maioria dos migrantes só decide para onde ir após ser expulsa das áreas de origem, e, entre as alternativas oferecidas pelo sistema - locais onde a mão-de-obra é mais necessária à reprodução do capital - decide onde sobreviver, não onde enriquecer.

Finalmente, trazemos a velha discussão das migrações como elemento positivo (quem muda, melhora) ou elemento negativo (quem muda, murcha), segundo lema para 1980, adotado pela CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL - CNBB.

Uma visão positiva da migração - para os migrantes - era dada através de pesquisas que demonstravam a melhoria sensível das suas condições sócio-econômicas à medida que aumentava seu tempo de residência. Isto levaria a provar que "estaríamos diante de um processo francamente saudável de mobilidade social provocado pela mobilidade geográfica ... simultâneamente, a migração estaria cumprindo um papel importante no processo de modernização da sociedade já que funcionaria como mecanismo através do qual a sociedade de orientação agrícola-tradicional se transformaria em sociedade urbano-industrial... . Do ponto de vista político-prático, não haveria nenhuma razão para interferir no processo migratório, já que a dinâmica natural seria funcional para a sociedade e benéfica para os agentes" (MARTINE, 1976). Tais assertivas foram devidamente questionadas pelo autor quando discutiu a hipótese da "migração repetida", com o conseqüente surgimento de um "substrato de verdadeiros nômades que perambulam em busca de oportunidades passageiras de subsitência".

O crescimento acelerado desta mão-de-obra migrante tornada disponível (o "exército industrial de reserva", na terminologia clássica), pode entretanto, ser alvo de interpretações distintas, conforme a etapa de crescimento econômico e as características do espaço (rural/urbano, áreas agrícolas tradicionais/áreas de fronteira recente, etc...) em que é considerada. Neste sentido, é válido examinar o ponto de vista através do qual "as migrações nem sempre podem ser interpretadas como funcionais ao modelo de acumulação ainda que seja provável que isto tenha sido assim, durante certa etapa do crescimento industrial urbano" (MIRÓ e RODRIGUEZ, 1982). Se a funcionalidade das migrações serviu de argumento válido para explicar os baixos salários urbanos numa etapa do capitalismo industrial, já não o foi numa etapa posterior, onde apenas as altas taxas de crescimento natural apresentadas pelos estoques populacionais, agora urbanos, seriam suficientes para manter o su-

posto "equilíbrio" de salários pretendido. A migração tornou-se então, fenômeno indesejável nos grandes aglomerados metropolitanos, mas, necessário à expansão do capitalismo em áreas de avanço da fronteira agrícola. A atuação governamental no redirecionamento dos fluxos migratórios para estes outros tipos de áreas rurais, passou a indicar as novas áreas de interesse do capital.

Mesmo ao longo deste processo de incorporação recente de áreas de fronteira de recursos pelo capital, há que distinguir, entretanto, diferentes fases de produção, retenção e, já, liberação da mão-de-obra migrante. Num primeiro momento, a produção da força-de-trabalho necessária, foi possível, principalmente, via colonização dirigida. Cabe aqui registrar a importância dos fluxos populacionais nas etapas iniciais de desmatamento e, após o fracasso de grande parte dos Projetos oficiais no assentamento dos "sem terra", na etapa de formação de pastagens as quais permitiriam, pouco depois, a expulsão do próprio homem pela pecuária.

Por outro lado, a ocorrência de altas taxas de crescimento urbano em áreas de fronteira, na última década, parece atestar o aporte nas periferias urbanas de uma população excedente de origem rural, como reflexo da situação de concentração fundiária e do fraco acesso à posse da terra por parte dos pequenos produtores. Como conseqüência, vê-se instalado um processo de mobilidade crescente da força-de-trabalho nestas áreas ... "trata-se de uma força-de trabalho que já, não é mais requerida, ou requerida apenas parcialmente" (MIRÓ e RODRIGUEZ, op. cit.).

A força-de-trabalho migrante que foi indispensável à manutenção dos baixos salários urbanos na etapa do capitalismo industrial e, necessária ao processo de incorporação de novas áreas quando do avanço das fronteiras físicas do capital, em regiões semipovoadas da Amazônia, parece apresentar formas específicas de desempenho na atual fase de intensificação capitalista no campo. Fazemos alusão em especial, à semiproletarização - o emprego temporário - responsável pelas migrações sazonais de curta, média e longa distância e que apresenta características próprias, dependendo do contexto sócio-espacial onde ocorra. Criou-se assim uma nova estratégia de sobrevivência das populações trabalhadoras migrantes, ou seja, a combinação entre as atividades camponesas de subsistência e a venda parcial de sua força-de-trabalho.

Conhecer a intensidade e as formas de assalariamento ou proletarização da população migrante nas diversas áreas de avanço e retaguarda das frentes de expansão, assim como nas diferentes áreas de atração/evasão populacionais, parece ser tarefa importante a realizar na medida em que contribui para a busca da especificidade da organização do espaço sob a égide do sistema capitalista de produção. Em síntese, resta chamar a atenção para a importância da consideração do momento histórico e da compartimentação do espaço na explicação das diferenças quanto aos padrões de organização e de deslocamento das populações na sociedade capitalista.

II - Características da mobilidade da força de trabalho no Brasil, um país periférico.

O processo de acumulação, motor do desenvolvimento no modo de produção capitalista, pressupõe a existência de um excedente de trabalhadores para a expansão da produção. Qualquer que seja a terminologia utilizada (superpopulação relativa, população excedente, exército industrial de reserva, ou até exército agrícola de reserva, numa realidade de avanço de fronteira agrícola como é o Brasil), refere-se à formação de um estoque de mão-de-obra "móvel", isto é, desapossada dos meios da produção, em especial da terra, e que possa, portanto, ser alocada nos lugares mais convenientes à reprodução do capital.

Não estamos falando simplesmente numa mobilidade dos trabalhadores, mas numa mobilidade forçada determinada pelas necessidades do capital. O princípio geral seria o de que os trabalhadores não migrariam quando quisessem ou para onde quisessem, mas, quando e onde o capital os necessitasse: entrariam no processo de produção nos momentos de expansão da economia, ou funcionariam como exército de reserva nos momentos de recessão. Neste sentido a migração se constituiria num movimento necessário ao desenvolvimento capitalista. Poderia ser dito ainda, que é via migrações, e em especial via colonicação dirigida (no caso das fronteiras agrícolas planejadas) que se dá a produção da força-de-trabalho.

Esta mobilidade forçada, entretanto, deve ser entendida a partir de uma ótica mais ampla, ou indireta, de influência do capital. Assim, ainda que seja possível a distinção entre os movimentos de ocupação espontânea e de colonização dirigida dos pequenos produtores, há que perceber a pressão exercida pelo sistema capitalista através de um processo comum e anterior de "expulsão" destas populações de suas áreas de origem.

A mão-de-obra excedente, seria pois, gerada pelo próprio processo de acumulação através de certos mecanismos de liberação dos trabalhadores, como por exemplo, a elevação da composição orgânica do capital via introdução de tecnologia poupadora de mão-de-obra. É a denominada "modernização dolorosa... que se fez acompanhar de unidades de produção cada vez maiores com uma conseqüente deterioração da renda no setor agrícola... A mecanização na medida em que atinge principalmente outras atividades que não a colheita, acentua a sazonalidade de ocupação dessa mão-de-obra... A solução mais econômica para o proprietário que moderniza passa a ser a substituição do trabalhador permanente pelo "volante", com o conseqüente aumento da sazonalidade do emprego dos trabalhadores rurais" (SILVA, 1981).

Essa modernização, se dolorosa em termos dos custos sociais, pelo desemprego e assalariamento que acarreta e se precoce, na medida em que a produção crescente de insumos industriais obriga o campo a fazer tal modernização antes do necessário, é porém produtiva ao nível das unidades de produção, uma vez que induz ao aumento dos salários médios rurais.

A liberação progressiva da mão-de-obra rural acentua o processo migratório intra e interregional na medida em que a população vai gradativamente perdendo seus vínculos com a terra e tornando-se cada vez mais livre para o assalariamento. Esta evasão, entretanto, não está ocorrendo apenas nas áreas de decadência econômica, afastada dos pólos dinâmicos nacionais (como é o caso de certas áreas da hinterlândia nordestina, notadamente do Piauí e Ceará), mas principalmente nas áreas mais desenvolvidas do país (o Sudeste, especialmente São Paulo) e mais recentemente em áreas de rápida expansão da fronteira agrícola como a Amazônia. Tentando sumarizar e de acordo com BRANDT (1977) pode-se dizer que a liberação de mão-de-obra vem se processando:

a) em decorrência das modificações na composição do capital nas empresas agropecuárias de áreas dinâmicas (com a substituição de trabalhadores rurais permanentes por trabalhadores temporários em áreas de agricultura comercial antiga);

b) pela impossibilidade de sobrevivência das populações em crescimento em áreas de densa ocupação das terras cultiváveis (antigos minifúndios anti-econômicos) e,

c) devido à incapacidade de absorção de mão-de-obra em regiões agrícolas estagnadas (uma vez que o capital não se interessaria em controlar todos os setores e ramos simultaneamente).

Acrescentaríamos a estes fatores, as mudanças ocorridas no uso do solo ligadas à pecuarização crescente (atividade pouco absorvedora de mão-de-obra) tanto em áreas de ocupação antiga quanto nas de avanço da fronteira agrícola.

Quanto à fronteira, embora recente, não está absorvendo, como poderia, o trabalhador sem terra. Neste sentido, concordaríamos com o ponto de vista de que "a fronteira não pode nunca ser proposta como panacéia para os problemas de excedentes estruturais ou de tensões sociais em outras áreas" (MARTINE, 1981) uma vez que as políticas maiores que estão viabilizando sua ocupação não se apoiaram em decisões que visassem beneficiar realmente o pequeno produtor. A crescente e rápida concentração da posse da terra por grandes empresas nacionais e estrangeiras e os conflitos de terras gerados pela expulsão progressiva de pequenos produtores e/ou ocupantes (posseiros) nas áreas de fronteira agrícola, estão a demonstrar que o principal objetivo desta forma de expansão não está sendo a produção de alimentos ou a redistribuição espacial das populações sem terra (como até previsto em estratégias nacionais de assentamento de populações atingidas pelas secas nordestinas, etc...), mas, a especulação imobiliária, o monopólio da terra, ou seja, o uso da terra como reserva de valor.

O processo de ocupação de grande parte das áreas de fronteira novíssima, parece obedecer a um ciclo de desmatamento/roçado/pastagens artificiais, ou desmatamento seguido imediatamente pela formação de pastagens, dando lugar diretamente à pecuária e não mais ao posseiro. Desta forma, o trabalhador rural e o pequeno produtor estariam se tornando cada vez mais afastados da posse da terra e, desta forma, participando de maneira crescente dos movimentos de re-emigração.

Teses recentes sobre a reprodução da força de trabalho em diferentes áreas de Colonização da fronteira agrícola amazônica (notadamente Rondônia, Acre e Maranhão) (HENRIQUES, 1981; OLIVEIRA, 1982; DURÃO et alii, 1979), especulam sobre a especificidade temporal do avanço da fronteira agrícola na Amazônia, isto é, na rapidez com que as áreas de ocupação recente estão reproduzindo as condições de expulsão de mão-de-obra das fronteiras até bem pouco consideradas "áreas novas" ou áreas desocupadas. "É muito significativo, por exemplo, que áreas como Rondônia estejam sendo colonizadas maciçamente por pessoas que, há menos de uma geração atrás, estavam ocupando regiões novas e promissoras no Paraná e Mato Grosso" (MARTINE, 1981), isto é, a borda da fronteira a menos de duas décadas. Isto está a provar que a Amazônia já está sendo ocupada por excedentes populacionais provenientes das citadas áreas "novas" de colonização, ou seja, que a colonização não se constitui numa solução para fixação de população a médio nem a longo prazo.

Outras conclusões poderiam ser tiradas, ou seja, que na busca da integração econômica da fronteira, a escala nacional (com a incorporação de novas áreas às atividades de produção ligadas ao mercado) assistiu-se a uma desarticulação dos espaços regionais em função da crescente posição hegemônica do polo centro-sul do país. Foi neste momento da expansão capitalista que a migração passou a ser melhor percebida como expressão do processo de formação do mercado de trabalho nacional, emergindo a mobilidade da força-de-trabalho como aspecto altamente desejável. Numa fase imediatamente posterior, quando o Estado já viabilizou a ocupação inicial através de políticas do tipo "infraestrutura regional" ou "colonização dirigida", começa a se assistir a movimentos de freamento da migração de pequenos produtores para as áreas já consideradas ocupadas pelo capital.

Uma hipótese geral discutida é a de que "a pequena produção de subsistência tende a ser superada na medida em que vai desaparecendo a infraestrutura garantida pelo Estado, levando o agricultor descapitalizado a procurar formas alternativas de sobrevivência, como o ASSALARIAMENTO, ao mesmo tempo que fortalece o agricultor que possui recursos e que prospera através da produção para o mercado" (PINTO, 1981). Desta forma, o trabalhador sem terra ao passar a agregado, parceiro ou assalariado nas fazendas, vai apresentar um aumento da mobilidade da força de trabalho nas áreas de fronteira.

As características da produção do espaço em áreas de fronteira recente ou de ocupação novíssima no Brasil, portanto repousam de um lado no papel do Estado/Empresa como viabilizador do processo de ocupação, e de outro, na escala e no ritmo em que estas transformações vêm se processando.

Este tipo de dedução geral, embora válida, parece-nos porém, ainda simplista, na medida em que as atuais áreas de fronteira constituem-se num vasto mosaico onde o espaço apresenta formas distintas de organização como reflexo do tipo de uso do solo e das diferentes relações de produção desenvolvidas. Estudar suas especificidades e as novas estratégias encontradas pelas populações migrantes na busca de sua sobrevivência parece tarefa necessária e urgente.

Entretanto, quanto à mobilidade da população brasileira, é possível concluir que apesar das diferentes nuances (locais e regionais) no processo de produção de uma força de trabalho cada vez mais móvel, um resultado comum parece evidente: o desemprego deixou de ser privilégio de algumas poucas áreas para se constituir em fenômeno que se desenvolve em escala nacional (BRANDT, 1977). Em conseqüência desenvolve-se a tendência ao emprego temporário, com o surgimento de novas categorias de trabalhadores rurais. Assim, ocorrem não apenas os migrantes sazonais que, por exemplo, mudam de residência por períodos de seis meses para atividades de colheite ou para trabalhar nas usinas de açúcar (tanto do Sudeste quanto do Nordeste), mas, proliferam os chamados "diaristas", ou "volantes", trabalhadores pagos por tarefa, por tempo limitado - dia, semana ou mês. Estes volantes são a expressão mais pura da mobilidade da força de trabalho: contratados verbalmente, com vínculos empregatícios instáveis, residem tanto nas periferias das cidades ou vilas do Centro/Sul onde desenvolvem tarefas ligadas às monoculturas de exportação, como em áreas agrícolas e periferias urbanas de áreas de fronteira recente, trabalhando na derrubada da mata e formação de pastagens para médias e grandes empresas da região.

III - Limitações e novas possibilidades dos dados censitários na mensuração do fenômeno migratório no Brasil.

Aceita-se que a migração representa apenas uma faceta da discussão da mobilidade da força de trabalho, ou seja, a sua dimensão espacial, expressa pela "mobilidade horizontal dos indivíduos" (GAUDEMAR, 1976). Reconhece-se também que as informações censitárias permitem captar somente de forma parcial a problemática dos deslocamentos populacionais, na medida em que importantes aspectos da trajetória desenvolvida a nível tanto nacional quanto regional, não podem ser apreendidos. É o caso, por exemplo, das etapas migratórias e das condições de ocupação e renda dos migrantes não comparáveis ao longo das décadas, na medida em que "... os dados censitários se referem apenas a estoques líquidos de migrantes, ou seja, aqueles que sobreviveram ao risco de morte e ao risco de remigração" (MARTINE, 1976).

Convém igualmente registrar que se a mobilidade da população brasileira constatada pelos dados censitários de 1980 já é significativa (39,3% da população seria migrante, segundo estatísticas do IBGE), torna-se necessário considerar que "as migrações internas no país são em volume maior que o indicado por esses dados, pois na ocasião do recenseamento estavam no local onde residem, um significativo número de pessoas que migram sazonalmente... e, há fortes indícios... de que no decorrer da presente década se elevou bastante a proporção desses deslocamentos (ANDRADE, 1979)". Acrescente-se a isto o fato dos deslocamentos intramunicipais de população até 1980 não terem sido captados pelos censos brasileiros.

Em se tratando da tipologia dos fluxos migratórios deve-se considerar que variados são os fenômenos que eles podem retratar. Neste sentido e dentro de uma perspectiva temporal dos deslocamen-

tos, teríamos a migração definitiva (ou pelo menos seria com esta esperança inicial que o indivíduo se deslocaria), e a migração temporária. Esta última apresentaria as mais diversas formas, desde o bóia-fria diarista até o trabalhador sazonal que, por exemplo, do Agreste Nordestino migra por seis meses para as usinas de açúcar do Litoral-Mata, isto é, a migração sazonal a curta e média distância; ou para o Sudeste - migração sazonal de longa distância. Merece ainda citação a modalidade atualmente em proliferação nas periferias urbanas das áreas de fronteiras agrícolas recentes e que se refere ao "trabalhador por empreitada" utilizado na fase de desmatamento e formação de pastagens para as médias e grandes empresas rurais.

Apesar das limitações impostas pelos dados secundários na análise das migrações definitivas e da impossibilidade em se tratar das migrações ditas temporárias, há que considerar, entretanto, aqueles aspectos permitidos pelos levantamentos censitários periódicos, ou seja, o dimensionamento dos fluxos de população e sua caracterização global, elementos que fornecem o ponto de partida para análises mais aprofundadas de estudiosos preocupados com o fenômeno da mobilidade da população brasileira. Explorar as novas possibilidades do Censo Demográfico de 1980 na apreensão das migrações internas na última década, se constitui em tarefa importante e necessária.

Em relação à migração "dita definitiva", pode-se registrar que paralelo aos conceitos tradicionalmente usados de migrante segundo local de nascimento, migrante segundo local de domicílio anterior e migrante por tempo de residência, dois novos conceitos tornam-se passíveis de mensuração a partir do Censo Demográfico de 1980: o MIGRANTE DE RETORNO e o MIGRANTE INTRAMUNICIPAL. É nossa intenção alertar para o significado destas novas categorias na análise do fenômeno maior, assim como detectar suas primeiras características uma vez que estudos mais detalhados poderão levar a uma melhor compreensão de dois momentos fundamentais na análise do processo migratório: o deslocamento inicial campo-cidade e a volta ao local de origem.

Do ponto de vista metodológico carece salientar que os dados gerais e preliminares aqui trazidos foram retirados da sub-amostra (0,75%) do Censo Demográfico de 1980 e destinam-se mais a identificar do que a quantificar os novos conceitos emergentes.

1 - MIGRANTE INTRAMUNICIPAL.

Uma das inovações apresentadas pelo Censo de 1980 é o fato de le permitir pela primeira vez na história dos recenseamentos brasileiros, captar os movimentos intramunicipais de população. Uma nova concepção de migrante pode ser pensada expandindo-se esta categoria a todas as pessoas que realizaram uma mudança de quadro domiciliar, ainda que não tenham saído dos limites de seu próprio município.

Segundo dados preliminares do Censo Demográfico de 1980 (sub-amostra) foi possível estimar um contingente de aproximadamente

7.933.097 pessoas como representantes desta migração INTRAMUNICIPAL, isto é, de indivíduos que efetuaram pelo menos uma mudança de domicílio rural para urbano ou vice-versa, dentro do território municipal. Sua incorporação ao total de MIGRANTES INTERMUNICIPAIS (único conceito até então definidor das categorias NATURAL e MIGRANTE) altera o montante de migrantes no país, que de 46.740.619 passaria para 54.673.716 pessoas, mudando o percentual de participação da população migrante na população total, de 39,3% para 45,9%.

Estes deslocamentos intramunicipais apresentaram-se mais significativos nos Estados do Sudeste (Minas Gerais - 19,6% e São Paulo - 17,3%) estando tal fato possivelmente relacionado ao elevado índice de progresso técnico e mudanças no uso do solo (com expansão da pecuarização em especial) aí ocorridas, sendo possível lançar a hipótese de que a maior parcela destes movimentos populacionais tenha ocorrido na direção campo-cidade, representando o momento inicial de um longo e penoso processo migratório. Outro aspecto a ser pesquisado é o que se refere ao efeito em áreas metropolitanas, onde as alterações do perímetro urbano legal podem levar a interpretações um pouco mascaradas do fenômeno pesquisado. Seguem-se em importância os Estados do Rio Grande do Sul (8,7%), Bahia (6,8%), Goiás (5,3%) e Paraná (5,1%), os dois últimos até pouco tempo considerados novas áreas de expansão da fronteira agrícola nacional e hoje, já responsáveis pela expulsão do homem da terra.

2 - MIGRANTE DE RETORNO.

A existência de uma migração de retorno estaria possivelmente a indicar que os trabalhadores não tendo encontrado condições de se engajar em atividades na área de destino, estariam voltando à área de origem, no caso, o Estado de nascimento.

Dados preliminares do Censo Demográfico de 1980, indicaram que 69,3% dos migrantes de retorno interestadual provêm de área urbana e 30,7% de áreas rurais, destinando-se em 82,3% aos quadros urbanos, em especial do Sudeste (45,4%) e Nordeste (19,4%). Quanto aos retornados de destino rural, concentram-se no Nordeste, em sua maioria. A nível de Estado de destino dos retornados, destacou-se São Paulo, por apresentar o maior número de migrantes de retorno, seguido por Minas Gerais. A nível de Estado de procedência, destacaram-se São Paulo (20,9% dos migrantes de retorno interestaduais), Paraná (16,2%), Rio de Janeiro (12,2%) e Minas Gerais (6,0%) como os principais focos de expulsão deste tipo de migração.

Em relação aos caminhos percorridos por estes migrantes, em linhas gerais pode ser dito que:

- a partir de São Paulo, retornaram a Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e Paraná;
- a partir do Rio de Janeiro, voltaram a Minas Gerais, São Paulo e Espírito Santo;
- a partir do Paraná, retornaram a São Paulo.

Há evidências de que a migração de retorno com origem urbana (especialmente de São Paulo e Rio de Janeiro) se constitua em re-

flexo da recessão econômica nacional e que os fluxos originários do Paraná estejam a indicar o fechamento da fronteira agrícola em áreas que há uma década atrás ainda atraíam população. Tais direções gerais, entretanto pouco dizem sobre a especificidade destes deslocamentos que precisariam ser dissecados a uma escala espacial de análise mais detalhada (microrregional e municipal), tanto em relação aos locais de origem-destino quanto à composição das populações migrantes. Torna-se importante aqui ressaltar a necessidade de se relacionar estes elementos às características das áreas quanto ao uso do solo rural, a divisão espacial do trabalho e principalmente ao momento histórico do país.

Cabe entretanto, lembrar que o que emerge como fundamental na análise deste tipo de migração parece ser o fato de que esta mão-de-obra de retorno estaria atestando antes de mais nada um aumento do grau de mobilidade da força de trabalho no Brasil como um todo. Tais deslocamentos de destino e procedência predominantemente urbanos, parecem se relacionar tanto a uma crescente disponibilidade de mão-de-obra nos complexos urbanos, em especial nos metropolitanos (onde "estacionada" espera por novas oportunidades de emprego), quanto à agudicação do processo de despovoamento rural, em proporção gigantesca nessa última década no Sul/Sudeste.

Uma questão final quanto ao significado da migração de retorno se impõe: quem são estes migrantes? Seriam grupos de alguma forma exitosos, a saber, estudantes que concluíram seus cursos, aposentados que retornaram para uma vida melhor, pessoas que conseguiram juntar algum capital e melhorar de vida, ou estaria tal tipo de migração indicando uma volta sem esperança de uma camada da população sem recursos, uma volta para o lugar que um dia foi deixado porque não oferecia mais condições dignas de subsistência e que após inúmeras andanças parece ser o último abrigo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Bonifácio. Migrações Sazonais no Nordeste, Recife. SUDENE/UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, 1973. 280 p. mimeo.

BECKER, O. M. S.; FRIAS, L. A.; BRITO, M. A. Áreas de atração e evasão populacional no Brasil no período 1960-1970. Rio de Janeiro. IBGE, Série Estudos e Pesquisas, 4, 1979. 112p. il.

BECKER, O. M. S.; BERNARDES, J. A.; MONTENEGRO, A. M. K.; SIQUEIRA, I. Mobilidade da força de trabalho: principais dimensões sócio-econômicas e suas implicações nas formas de organização do espaço. Brasil - 1950/75. (Proposta Metodológica), Rio de Janeiro. IBGE. 1978. 76 p. Datilografado (inédito).

BRANDT, Vinícius Caldeira. Do Colono ao Bóia-Fria. Estudos CEBRAP, 19. São Paulo. 1977.

CASTRO, Mary et alii. Mudanças na Composição do Emprego e na Distribuição de Renda: Efeitos sobre as Migrações Internas. Brasília, SERFHAU/BNH/OIT. 2 vols. 1976.

CENTRO DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS. Migrantes: êxodo forçado. São Paulo. Ed. Paulinas. 1980.

COSTA, Manuel Augusto (ed.). Estudos de Demografia Urbana. Série monográfica, 18, Rio de Janeiro, IPEA/INPES. 1975.

DURÃO, Jorge Eduardo Saavedra et alii. 4º Relatório da Equipe Central de Pesquisa FASE. Convênio FINEP/INAN/FASE, Rio de Janeiro. 1979.

GAUDEMAR, Jean Paul de. Mobilidade do trabalho e acumulação do capital. Lisboa, Editorial Estampa. 1977.

HARRIS, N. e TODARO, M. Migration, Unemployment and development: a two sector analysis. The American Economic Review. N. Y. vol. LX nº 1, p. 126-142. March 1970.

HENRIQUES, M. H. T., PACHECO, L. M.; PETRUCELLI, J. L. A dinâmica demográfica de uma área de fronteira: Rondônia. Relatório de Pesquisa nº 3. Rio de Janeiro. 1981. Mimeo.

[illegible], Jorge. Dinâmica demográfica e econômica na Pré-Amazônia Maranhense: A fronteira de recursos e o programa de colonização do Alto Turi. ANAIS PRIMEIRO ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. Campos do Jordão. ABEP. 1978.

KELLER, Elza. Migrações Internas na Região Sudeste: Alguns Resultados Preliminares. Rio de Janeiro. IBGE. 1976. Mimeo.

MARTINE, George, e PELIANO, José Carlos. Migração, Estrutura Ocupacional e Renda nas Áreas Metropolitanas. Manoel Augusto Costa (ed.). Estudos de Demografia Urbana. Série Monográfica, 18. Rio de Janeiro, IPEA/INPES. 1975.

_____, George. Adaptação de migrantes ou sobrevivência dos mais fortes. Projeto de Planejamento de Recursos Humanos. Relatório Técnico nº 30. Brasília, ONU/ILO/UNESCO. 1976. 31 p.

_____, George. A migração repetida e a busca de sobrevivência: alguns padrões brasileiros. Projeto de Planejamento de Recursos Humanos. Relatório Técnico nº 52. Brasília, ONU/ILO/UNESCO. 1980. 28 p. (Mimeo).

_____, George. Expansão e retração de emprego na fronteira agrícola. Brasília. OIT/CNRH. 1981. 49 p. (Mimeo).

_____, George. "Populações errantes e mobilidade da reserva de mão-de-obra no Brasil". Comunicação feita no SIMPÓSIO sobre Crescimento Demográfico na Base da Pirâmide Social. SBPC. Campinas, julho/1982. 8 p. (Mimeo).

[illegible]ilton da et alii. Migrações Internas no Brasil: Aspectos Econômicos e Demográficos. Coleção Relatórios de Pesquisa, 19. Rio de Janeiro, IPEA/INPES. 1973.

MERRICK, T. W.; e BRITO, F. A. "Informal Sector Employment in Brazil". Belo Horizonte, CEDEPLAR, 1974. (Mimeo).

MINGIONE, Enzo. Social conflict and the city. Basil Blackwell. Oxford. 1981. cap. 3 p. 63-71.

MIRÓ, Carmen A. y RODRIGUEZ, Daniel. Capitalismo y población enel agro latinoamericano: tendencias y problemas recientes. Revista de la CEPAL (16). Santiago de Chile, Abril, 1982. p. 53-75.

MOURA, Hélio et alii. Regiões Metropolitanas do Nordeste: Diferenciais de Renda e de Educação entre Naturais e Migrantes - 1970. Recife, SUDENE/BNB. 1975. 144 p.

OLIVEIRA, L. A. P. O sertanejo, o brabo e o posseiro: a periferia de Rio Branco e os cem anos de andança da população acreana. Tese de mestrado apresentada à CEDEPLAR, Belo Horizonte, 1982. 144 p. (Mimeo).

PINTO, Alvaro Vieira. El pensamiento crítico em demografia. Santiago de Chile. CELADE. 1973. 454 p.

PINTO, Maria da Graça Ohana. Reprodução da força de trabalho em uma área de fronteira agrícola: Rondônia. Tese de mestrado apresentada a Universidade Federal de Brasília. Brasília. 1981. (Mimeo).

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. Boletim Paulista de Geografia. São Paulo (54): 81-100, junho 1972.

SILVA, José Graziano da. A modernização dolorosa. Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro, Zahar, Edit. 1981.

SINGER, Paul. Economia Política da Urbanização. São Paulo, CEBRAP, 1975.

SLATER, D. Towards a political economy of urbanization in peripheral capitalist societies. International Journal of Urban and Regional Research. London. v. 2, nº 1, p. 26-52.1978.

SPINDEL, Cheywa. A Metrópole e o Migrante: Região Metropolitana de São Paulo. São Paulo, GEGRAM. 1974. (Mimeo).

STANDING, Guy. Migration and modes of exploitation: the social origins of immobility and mobility. ILO. Geneva. April, 1980. (Mimeo).